

Europa

A "nova Europa" - mais perto de Washington, mais longe de Bruxelas?

Pedro Courela

É certamente uma "nova Europa", mais diversa e menos disposta aceitar as posições franco-alemãs como uma inevitabilidade, que sairá dos actuais processos de alargamento. Se a França e a Alemanha são e serão peças centrais da política e segurança europeias, as afirmações de Rumsfeld deixam implícita a existência de uma “nova Europa”, que inclui obrigatoriamente os países da Europa Central e de Leste. A estes já não basta a posição de “parentes pobres” dispostos a todos os sacrifícios por um lugar nas principais estruturas multilaterais europeias. São membros da NATO, a um pequeno passo de integrarem plenamente a União Europeia (UE) e sua experiência histórica molda, em grande medida, a forma como olham para os desafios da política internacional. Como é, então, essa visão dos novos parceiros e em que medida o seu posicionamento face à crise no Iraque é um sinal da postura que deverão assumir enquanto futuros membros da UE?

O objectivo de “regresso à Europa”, anunciado por todos os líderes dos países da Europa Central no início dos anos 90 como a primeira prioridade das suas políticas externas, não se resumia a pedir a reunificação do continente à volta de um projecto comum (a construção europeia), base de um futuro de prosperidade e segurança. Tal processo era mais vasto e indissociável da criação de laços sólidos com os Estados Unidos. Por outras palavras, regressar à Europa era acima de tudo integrar o mundo ocidental, cujos valores são salvaguardados em primeiro lugar pela super-potência americana.

A adesão à NATO, mais do que uma aposta em estruturas multilaterais, significava para as jovens democracias a garantia de um compromisso directo norte-americano pela segurança dos seus Estados. Prevaleceu, assim, o entendimento de uma implícita “divisão de tarefas” entre as organizações multilaterais, através da qual a UE simbolizava a integração política e económica e a NATO se ocuparia das questões de segurança e defesa. Esta visão compartimentada, consagrada nos incansáveis esforços diplomáticos que levaram à adesão às duas organizações, continua presente e, em parte, explica o alinhamento quase automático com a estratégia da administração Bush para o Iraque.

Neste sentido, parece claro que o maior receio dos “novos europeus” (sentido com igual intensidade por alguns dos “velhos”) é que a integração europeia, e nomeadamente a política externa e de segurança da UE, se faça por oposição aos Estados Unidos, criando-se assim um fosso entre os dois lados do Atlântico. A imediata adesão dos líderes dos governos polaco e húngaro e do presidente checo à famosa “Carta dos Oito”, seguida, uns dias mais tarde, da declaração de apoio à política da administração Bush para o Iraque por parte dos países da segunda vaga de alargamento da NATO, é um sinal de como a segurança (incluindo a segurança territorial) é ainda associada à protecção norte-americana.

É interessante verificar como esta é uma ideia quase consensual entre as elites políticas dos países da Europa central, o que contrasta claramente com a situação nos actuais membros da União Europeia. Apesar da visão mais reticente de alguns partidos da oposição (na maior parte socialistas e socias-democratas), de Talinn a Sofia o apoio a Washington atravessa o espectro político da esquerda à direita, o que demonstra bem como as linhas divisórias entre os partidos da Europa central têm pouca correspondência com o que se passa na Europa ocidental. Tal apoio contrasta, contudo, com as posições das opiniões públicas, bem mais cépticas do que os seus líderes em relação às intenções norte-americanas. De facto, todas as sondagens realizadas nos países da adesão mostram uma esmagadora maioria a condenar uma acção militar no Iraque sem o aval das Nações Unidas. Na Polónia, 66% dos inquiridos eram contra essa acção, mesmo que o Conselho de Segurança a aprovasse. Neste ponto, os dois lados da Europa estão realmente unidos.

As consequências deste alinhamento da “nova Europa” com Washington, nas vésperas da histórica assinatura dos tratados de adesão, não deixa de levantar questões e receios nas capitais europeias. Já antes do Presidente francês, Jacques Chirac, ter criticado abertamente o posicionamento dos países da Europa Central e de Leste face à crise iraquiana, alguns observadores se tinham interrogado sobre as consequências mais vastas deste processo.

Na verdade, não se pode dizer que o entusiasmo com a perspectiva real de pertença à União Europeia se tenha subitamente desvanecido entre os antigos países comunistas. Especialmente para os países da adesão mais pequenos, a integração europeia continua a ser a forma de multiplicar a sua influência política, à partida reduzida, dentro de um poderoso bloco político e económico. Mas o pós-guerra no Iraque e a reflexão sobre a

incapacidade da Europa surgir unida neste processo vão constituir um importante teste à credibilidade dos novos Estados membros.

No influente diário polaco *Gazeta Wyborcza*, o editorialista Adam Michnik afirmava que a tomada de posição do seu país nesta crise diplomática, ao virar as costas ao “eixo franco-alemão”, podia comprometer as suas ambições no xadrez comunitário, onde todas as dimensões do processo de integração se cruzam. Michnik dizia ainda que a Polónia, juntamente com os outros novos membros, estaria entre as primeiras vítimas de um eventual declínio da UE enquanto espaço de solidariedade.

Por outras palavras, a crise actual constitui uma encruzilhada na estratégia da política externa dos países do alargamento. O apoio a Washington, que não é apenas retórico – a Polónia enviou recentemente tropas de combate para o Golfo Pérsico e desde 1991 que representa os interesses diplomáticos norte-americanos em Bagdad –, tem de encontrar um equilíbrio com as aspirações de uma voz influente no contexto da União Europeia.

A afirmação de Rumsfeld, no seu estilo algo brutal, levantou ondas de indignação por todo o continente mas não deixou de ser, até certo ponto, certa. Não que estejamos perante a constituição de novos “blocos” na Europa, pois a própria natureza do processo de integração não o permite. Mas é certamente uma “nova Europa”, mais diversa e menos disposta a aceitar as posições franco-alemãs como uma inevitabilidade, que sairá dos actuais processos de alargamento. O contornos deste novo espaço já começaram a desenhar-se quando, a 16 de Abril, os dez novos Estados membros ocuparam os seus lugares à volta da mesa da UE como membros de pleno direito.